

PARECER DE RELATORIA

COMDEPHAAPASA

Santo André, 10 de junho de 2022.

Processo 14.239/2021

Assunto: Análise de projeto de arquitetura para retrofit das áreas de acesso e atendimento ao município e refeitórios

Prezados membros do COMDAPHAAPASA

Trata-se o presente da relatoria do projeto de *retrofit* das áreas de acesso e atendimento ao município e refeitórios referentes ao Centro Cívico de Santo André – Prédio do Executivo.

Estão sendo consideradas como documentos principais de referência para esta relatoria:

- Parecer técnico do Arquiteto Aguinaldo Gonçalves, do corpo técnico do COMDEPHAAPASA
- Projeto da empresa AKMX
- Descritivo de Tombamento do Paço Municipal de Santo André.

Foi realizada reunião com a empresa AKMX no dia 03 de maio de 2022, visando maiores esclarecimentos sobre alguns dos itens apresentados, assim como com a Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos, responsável na Prefeitura pela intervenção.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a) Da Melhor Definição da Intervenção Proposta

O projeto apresentado para esta relatoria se intitula “projeto de arquitetura para *retrofit* das áreas de acesso e atendimento ao município e refeitórios”. Contudo, a partir da análise dos documentos apresentados a esta relatoria, parece não ser a definição mais correta para a proposta.

Retrofit é uma técnica de revitalização de construções antigas que tem como objetivo modernizar o espaço, corrigir problemas de infraestrutura e torná-los mais seguros, sem retirar elementos originais históricos e arquitetônicos. Seria um projeto desenvolvido se utilizando dos mesmos conceitos do projeto original, mas aplicando novas soluções, tecnologias e materiais, com o objetivo de reduzir custos e na recuperação de prédios históricos.

Conforme documentos analisados, o projeto não trata somente de atualização tecnológica ou de materiais, mas sim de uma intervenção que otimiza espaços, setoriza tipos de uso e visa promover uma melhor eficiência da edificação para seu uso institucional, dentro de uma proposta que harmonize materiais contemporâneos com elementos do projeto original. Desta forma, para melhor conceituação do que se trata o projeto, entendemos que o uso do termo “Reabilitação” é o mais apropriado para identificar a intervenção.

Como referência acadêmica para definição do termo sugerido, tomamos a definição de Aguiar, Cabrita e Appleton (2002), em que definem reabilitação como “o conjunto de ações que visam solucionar as deficiências físicas e anomalias construtivas, ambientais e funcionais de um edifício, acumuladas ao longo dos anos, ou alterar seu uso original, procurando, ao mesmo tempo, uma modernização e uma melhoria geral do imóvel, atualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes, melhorando o seu desempenho funcional e tornando-o apto para o seu completo e atualizado reuso.”¹

Somando a problemática do patrimônio à definição trazida por estes autores, utilizamos os conceitos trazidos pela “Secretary of Interior’s Standards for Rehabilitation (2006)”, que define “rehabilitation” como sendo “o ato ou processo que possibilita um uso eficiente e compatível de uma propriedade por meio de recuperações, alterações e acréscimos, preservando, ao mesmo tempo, as partes ou características que transmitem os seus valores históricos, culturais e arquitetônicos.”²

Portanto, esta relatoria realizará a análise e suas indicações considerando este como um projeto de Reabilitação, e sugere a alteração do título do projeto nos registros do Conselho e nas fases futuras de implantação.

2 - DESCRITIVO DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS

O Projeto trata da intervenção exclusivamente interna do prédio do executivo municipal, especificamente nas áreas de atendimento, circulação, recepção, operacional e núcleo rígido do prédio do executivo, harmonizando elementos contemporâneos com o conceito do projeto original, sendo:

- 1.315(4909,02)m² no térreo 1
- 482,9(1196,37) m² no térreo 2
- 291,6 (281,45)m² no térreo 3

T1	ÁREA
OPERACIONAL E GARAGEM	2308,38 m ²
SERVIDORES	1002,51 m ²
ATENDIMENTO	778,7 m ²
REFEITÓRIO	819,43 m ²
ÁREA TOTAL	4909,02 m ²

T2	ÁREA
ESPAÇO MULTIUSO	431,52 m ²
HALL ACESSO	490,88 m ²
ACRÉSCIMO DE DEPARTAMENTO	273,97 m ²
ÁREA TOTAL	1196,37 m ²

T3	ÁREA
HALL ACESSO	281,45 m ²
ÁREA TOTAL	281,45 m ²

A intervenção corresponde à 32,8 % da área do prédio do executivo, sendo realizada exclusivamente nos ambientes internos da edificação.

a) Quanto às intervenções no Pavimento T3

O projeto propõe a reabilitação do pavimento, com um projeto de design de interiores que traz elementos contemporâneos que tem como objetivo readequar e atender as demandas atuais da edificação, viabiliza o

¹ AGUIAR, L; CABRITA, A.M.R.; APPLETON, J. Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais. 6ª edição, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2002. 2.v.

² SECRETARY OF THE INTERIOR’S STANDARDS FOR REHABILITATION. Illustrated guidelines for rehabilitation historic buildings. Washington, 1992.

atendimento ao público dentro dos preceitos de desenho universal (acessibilidade a todos os públicos de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), com propostas de alteração das catracas, ponto de apoio de atendimento e alterações para melhor comunicação visual, setorização, modernizaçãotécnica e conforto ao cidadão que acessa o prédio por este pavimento. O projeto propõe a manutenção da mesma funcionalidade do andar.

b) Quanto às intervenções no Pavimento T2

O projeto propõe a reabilitação do hall de elevadores, com a inserção planejada de áreas de convivência e networking, com a reativação dos banheiros e retirada de depósitos de alimentação que se tornarão espaços livres e abertos para convivência.

O projeto propõe também a retirada do refeitório deste pavimento, que será substituída por espaço multiuso, podendo ser utilizado para exposições culturais, eventos e atividades com aproximadamente 100 lugares sentados.

Além desta mudança de função, o projeto propõe a reabilitação do pavimento, com um projeto de design de interiores que traz elementos contemporâneos que tem como objetivo readequar e atender as demandas atuais da edificação, viabiliza o atendimento ao público dentro dos preceitos de desenho universal (acessibilidade a todos os públicos de acordo com a ABNT NBR 9050/2020– Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), em conjunto com alterações para melhor comunicação visual setorização, modernização e conforto do cidadão que irá utilizar este espaço.

c) Quanto às intervenções no Pavimento T1

O projeto propõe a reabilitação do acesso e do espaço para viabilizar o atendimento ao público dentro dos preceitos de desenho universal (acessibilidade a todos os públicos de acordo com a ABNT NBR 9050 – Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), com propostas de alteração das catracas, ponto de apoio de atendimento e alterações de design para promover setorização, modernização técnica e conforto ao cidadão que acessa o prédio por este pavimento.

O projeto propõe um espaço de atendimento para utilização dos serviços da Praça por meio de entrada e rota exclusiva para o público, reabilitaçãodo espaço físico de atendimento e mudanças na comunicação visualpara melhor setorização de usos e públicos.

O projeto também propõe a reabilitação do acesso ao servidor e dos usuários do prédio, proporcionando uma entrada e uma rota específica para quem irá acessar o prédio, com mudanças na comunicação visual que irão corrigir questões de setorização que hoje misturam usos e públicos.

O projeto propõe um espaço de convivência e descompressão, com mobiliário que permite descanso e networking, além da migração do refeitório para este pavimento, melhorando a acessibilidade tanto para o público interno do prédio como para os servidores que atuam em outros espaços, melhor setorizando usos e públicos.

Já na área do estacionamento, propõe uma ampla redistribuição das áreas de serviços e das vagas de estacionamento, visando criar espaços de circulação exclusiva de pedestres que hoje são inexistentes, além de solucionar questões relacionadas ao local de descarte de resíduos e do local em que está instalado o

gerador do prédio, que hoje se localizam em espaços inadequados. Também propõe a reabilitação do acesso e do espaço, com um projeto de design de interiores que traz elementos contemporâneos que tem como objetivo readequar e atender as demandas atuais da edificação, viabiliza o atendimento ao público dentro dos preceitos de desenho universal (acessibilidade a todos os públicos de acordo com a ABNT NBR 9050/2020– Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), com propostas de alteração das catracas, ponto de apoio de atendimento e alterações para melhor comunicação visual, setorização, modernização e conforto ao cidadão que acessa o prédio por este pavimento.

d) Quanto às intervenções nas escadarias de conexão dos pavimentos

Reabilitação do espaço com inserção de elementos contemporâneos para criação de um espaço de exposição cultural, artística e histórica, com livre acesso ao público.

3 - DA INDICAÇÃO DO PARECER TÉCNICO

O parecer técnico indica pela não aprovação, tendo em vista julgar que o projeto não acompanha a descrição do tombamento nos itens 1.2.1, 1.2.3, 5.1, 5.2 e 5.3, e também por entender que o projeto original não deveria passar por modificações que, segundo o parecer, “privará o conhecimento das futuras gerações sobre a intenção original do autor e interferirá na leitura do momento histórico em que foi construído”.

4 - ANÁLISE E PROPOSTA DESTA RELATORIA

a) Da adequação da setorização

Como apresentado no capítulo do descritivo das intervenções propostas, o projeto propõe uma redistribuição de funções operacionais entre T1 e T2 para solução de layout de uma série de questões ligadas à setorização, visando melhor distribuição das funções de cada espaço e organização dos usuários.

No pavimento T1, a reabilitação proposta setoriza o andar para cada uma das funções que ele abriga, separando espaços dedicados para o público que terá acesso ao prédio (servidores e visitantes), os usuários que vem solicitar serviços públicos na Praça de Atendimento, e os servidores que visitam o prédio somente para acesso ao refeitório.

No mesmo pavimento, na área que comporta os usos do estacionamento e áreas operacionais como serralheria, depósito, descarte de resíduos e outras do gênero, também se corrige questões de setorização para habilitar uma via exclusiva para o pedestre, além de reabilitar a própria recepção dentro dos padrões ABNT NBR 9050/2020. Portanto, são as mesmas funções, mas com uma comunicação visual e setorização que permitirão um uso muito mais eficiente dos ambientes por seus diferentes usuários.

b) Da proposta do pavimento cultural

Dentro dos objetivos de melhoria da setorização, no pavimento T2 está sendo proposta a criação de um espaço multiuso no local em que atualmente está o refeitório e seus depósitos. Com isto, a proposta cria um contínuo temático cultural entre este andar do prédio do executivo e o acesso do Teatro Municipal, junto ao saguão e espaço de exposição que estão no mesmo nível na edificação.

Com estas intervenções e com a abertura do acesso ao público, se fortalece um conceito original da obra do arquiteto, constituindo um espaço que harmoniza uso cultural para este pavimento quando consideramos o Centro Cívico de maneira mais ampla. Além disso, corrige distorções logísticas e funcionais de ter um refeitório ao lado da entrada do Teatro, em especial às questões de acúmulo e descarte de resíduos do refeitório, que é realizado pelo corredor entre o refeitório e o Teatro trazendo prejuízos aos visitantes daquele espaço.

c) Dos elementos contemporâneos e funcionais da proposta

Como um projeto caracterizado como Reabilitação, a intervenção propõe a inserção de novos elementos para a atualização tecnológica e funcional da edificação. Em sendo a intervenção realizada em espaço tombado, em que é fundamental um olhar para a preservação de elementos originais, esta relatoria percebe a intenção clara do projeto em destacar estes elementos originais da obra de Rino Levi, visando criar uma harmonização entre os elementos históricos, com a necessidade dos usos institucionais atuais, sempre prevendo a total reversibilidade da intervenção.

A adição de novos elementos busca o testemunho histórico da transição da obra à atualidade – algo que Lina Bo Bardi utilizou no Solar do Unhão, como parte do seu aprendizado com Cesare Brandi. Conforme destaca Almeida e Bogéa: “Segundo a instância da historicidade, observa Brandi: a princípio, a adição é um novo testemunho do fazer humano e, portanto, da história e nesses termos tem o direito de ser conservada. A remoção, ao contrário deve ser justificada, pois apesar de se inserir igualmente na história, destrói um documento e não documenta a si própria, o que equivaleria a um cancelamento de uma passagem histórica. Disso decorre que, para a historicidade, a conservação da adição é norma, enquanto que a remoção é excepcional.” (ALMEIDA, 2007)³.

Vale destacar que hoje os elementos originais são pouco valorizados ou destacados no espaço pela enorme falta de padrão de layout e pelos diversos elementos provisórios agregados ao espaço que a necessidade do dia a dia operacional da Prefeitura proporcionou. A proposta de reabilitação conforme apresentada organiza este espaço para maior eficácia, ampliando a funcionalidade do espaço para cumprimento de sua função institucional, mas também valoriza o conceito do projeto original tombado pelo patrimônio histórico.

d) Da necessidade imposta pela realidade operacional da edificação

O prédio do Executivo municipal é parte de um grande Centro Cívico projetado em 1965 pelo renomado arquiteto Rino Levi, que concebeu esta grande área como o intuito de “atrair as pessoas e propiciar

³ALMEIDA, Eneida de; BOGÉA, Marta. vitruvius | “Esquecer para preservar (1) Ano 08 dez.2007.

ambiente para o contato humano, a troca de ideias e as manifestações da vida” (RINO LEVI, EDIZONE DE COMUNITA, 1974⁴).

O arquiteto planejou um centro cívico e, dentro dele, uma estrutura para abrigar o poder executivo municipal, com todas essas obrigações e competências institucionais e legais que envolvem grande fluxo de pessoas no espaço. Contudo, trata-se de um projeto da década de 60, para uma cidade, sociedade e tecnologia de mais de meio século atrás, em que a cidade contava com aproximadamente 1/3 da população atual⁵, em que a prestação de serviços públicos era absolutamente distinta de hoje, em uma época que não existiam computadores, telefones celulares, painéis eletrônicos de senha e até mesmo a internet.

Para contextualizar o uso atual da edificação, o prédio do executivo recebe somente para atendimento ao público na Praça de Atendimento mais de 300 mil pessoas por ano⁶, isto além das mais de 1.300 pessoas que passam pelas catracas e circulam na área interna do prédio diariamente. Não foram encontrados registros de frequência de público da época de construção do bem, contudo é certo que os números eram muito menores, com outro tipo de dinâmica proporcionada pela tecnologia da época.

Este enorme fluxo de pessoas demandou soluções dos operadores do imóvel, que em vistoria no local a relatoria pode constatar que estas se realizaram de forma improvisada, equacionado as demandas do dia a dia, mas criando um cenário de desorganização e falta de padrão.

Ou seja, a realidade das necessidades operacionais da prefeitura se impôs frente ao padrão arquitetônico da edificação, que se ajustou de forma improvisada às demandas e desafios de se adaptar a um prédio de meio século, com uso de sinalização, mobiliários, telas, paredes, armários e divisórias sendo instaladas de acordo com as necessidades imediatas de suporte às mais de 30 mil pessoas que circulam por mês pelo prédio.

Além disso, a área impactada pela intervenção é bastante reduzida se comparada ao Centro Cívico como um todo. Ilustrando com números a proporcionalidade entre área tombada e área da intervenção, o elemento de preservação do tombamento abarca quase 80 mil m², com aproximadamente 43,5 mil m² de área construída, sendo que somente 6,3 mil m² são alvo da intervenção. Portanto, a necessidade da intervenção nesta área se dá especificamente por ser um setor muito sensível visto a enorme massa de cidadãos que circulam neste espaço, e que hoje apresenta uma configuração confusa, improvisada, antiga e que não cumpre com a proposta que é atender bem o cidadão andreense.

Ao entender desta relatoria, o projeto apresentado, com alguns ajustes que serão propostos, busca pelo equilíbrio entre a necessidade da reabilitação de um setor muito específico e sensível ao uso do prédio do executivo, alinhado à valorização de elementos do patrimônio hoje ocultos pelas condições atuais, de uma forma integradora de elementos, tratando de primar pela identificabilidade dos elementos novos, de forma a distingui-los dos originais, porém sem conflitá-los. Sendo assim, é clara a intenção do projeto na reabilitação do espaço visando proporcionar em espaço para melhor receber o cidadão andreense, agregando elementos contemporâneos necessários à utilização da edificação, harmonizando estes com os elementos e com o conceito original do projeto.

⁴RINO LEVI, ADIZIONI DE COMUNITÁ, INPAGINAZIONE E SOVRA COPERTA DI EGIDIO BONFANTE, MILANO 1974.

⁵Segundo o Censo IBGE de 1960, a população de Santo André foi calculada como tendo 242.920 habitantes.

⁶Dados referentes ao ano de 2019 pré-pandemia, fornecidos pela Secretaria de Inovação e Administração.

e) Dos elementos que conflitam com o tombamento

Na visão desta relatoria, os elementos do projeto apresentado que não corresponderiam à melhor adequação ao descritivo do tombamento são:

(i) Paleta de cores

O estilo original do autor estabelece um padrão de cores com uma paleta mais reduzida que o projeto apresentado. Portanto, excetuando-se o uso das cores para setorização, que seria uma necessidade funcional, se entende que a quantidade de cores utilizada em certos ambientes se trata somente de estilo, portanto poderiam ser ajustadas sem prejuízo da reabilitação funcional proposta para a edificação. Vale destacar que o projeto apresentado traz elemento de cores no mobiliário, mas este por não ser alvo do tombamento não está sendo considerado na análise.

(ii) Substituição do piso no T3

O piso em granito do pavimento T3 ainda se encontra em sua originalidade, e por meio de vistoria se observou ser possível sua manutenção. Sendo uma boa prática a manutenção de elementos originais sem intervenções de reabilitação cuja manutenção do material não compromete a funcionalidade do uso, passa a ser desnecessária sua cobertura, mesmo compreendendo o conforto térmico e acústico trazido pelo uso do vinílico proposto no projeto apresentado.

(iii) Plantas artificiais nas paredes (escadas e corredores)

O projeto apresentado propõe a aplicação de elementos na parede da escadaria que criam uma exposição permanente nesta área do prédio. Alguns corredores também possuem estes elementos. Contudo, a utilização de plantas artificiais nesta exposição seria de puro cunho estético, e se trata de elemento que não está alinhado com o projeto original.

f) Dos elementos da intervenção sem conflito com o tombamento

O parecer técnico aponta uma série de elementos apresentados na intervenção que estariam em desacordo com o descritivo do tombamento. Contudo, com exceção dos elementos acima indicados, esta relatoria entende que todas as outras intervenções propostas não são conflitantes visto possuem funções que promovem a qualidade e funcionalidade da edificação para seus usuários, o que é finalidade do projeto de Reabilitação. Além disto, estas intervenções:

- São reversíveis às condições anteriores;
- Primam pela identificabilidade dos elementos novos, de forma a distingui-los dos originais, porém sem conflitá-los;
- Estabelecem uma exposição permanente e aberta com a própria história da edificação, o que é desejável para disseminação de conhecimento e educação da população em relação à obra e história do Centro Cívico;
- Possuem pontos de fixação em locais que não danificam os elementos originais;
- Necessárias para a adequação à ABNT NBR 9050/2020, que versa sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Portanto, com exceção dos pontos indicados no item “e”, todos os demais possuem funcionalidades necessárias para o projeto de reabilitação, são totalmente reversíveis, e por estes motivos estão de acordo com o tombamento por ser uma proposta de atualização tecnológica e funcional necessária para a edificação.

5 - CONCLUSÃO E PARECER

Para a conclusão deste parecer, vale algumas reflexões de autores que são estudiosos deste tema.

A arquiteta Vanessa Seixas indica que o projetista que atua no campo da reutilização do patrimônio arquitetônico deve procurar compreender o significado da expressão “deixar falar o edifício”, considerando-o como base e fundamentação para as ações modificadorassem desprezar seu processo de modificação sofrido ao longo do tempo e sua inserção num contexto sócio-cultural atual, as aspirações e necessidade do presente. Destemodo, a adequação de formas antigas a usos e tecnologias modernos adquire especial significado. (SEIXAS, 2009)⁷. Também vale a reflexão trazida na introdução de uma coletânea de Projetos Contemporâneos de Reabilitação de Edifícios, em que o Professor espanhol Carles Broto especifica que “a vida de um edifício se reescreve periodicamente, até que um dia se fecham as suas portas e este cai em sono à espera de sua ruína ou de sua reabilitação. Reabilitar a arquitetura é remexer na alma do passado para reescrever a história e insuflar-lhe uma vida nova”.⁸

Desta forma:

- Visto o projeto buscar reabilitar uma área específica e muito sensível ao uso em relação ao grande volume de pessoas que a utilizam, em benefício do melhor o uso institucional do prédio e a qualidade de atendimento ao cidadão.
- Visto o projeto de reabilitação harmonizar a proposta de modernização funcional com a manutenção de elementos originais do projeto.
- Visto os elementos de intervenção serem reversíveis e estarem de acordo com o texto da homologação do tombamento, com a exceção dos que serão apontados abaixo:

Esta relatoria aponta para a aprovação do projeto apresentado, com os seguintes apontamentos a serem adequados no projeto:

a. Adequar a paleta de cores

Justificativa: é compreensível a utilização de cores para a setorização dos ambientes, em especial para facilitar a localização do usuário do espaço. Portanto, quando da utilização das cores para esta finalidade, não há objeções. Sendo assim, com exceção dos usos funcionais para setorização, quando a utilização é meramente estética, esta é passível de ser modificada para melhor adequação ao estilo da obra original.

Portanto, deverão ser adequados:

- a. Todos os rebaxamentos de forro, quando não for a mesma cor da setorização proposta para o andar. Neste caso, deverá utilizar cor neutra (branca ou cinza acompanhando a cor do teto metálico) ou tonalidade da cor do setor.

Não se inclui nesta necessidade de adaptação da paleta de cores:

⁷ SEIXAS, V.A.G. O ANTIGO FEITO NOVO: RECICLAR PARA CONSERVAR O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO CARIOCA - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE ESCOLA DE – NITERÓI, 2009

⁸ BROTO, Carlos. Rehabilitated Buildings Architectural Design. Barcelona: Links, 2000. 239. p. il.

- a. As obras de arte e exposições históricas que serão exibidas na nova galeria da escadaria ou em outros locais da intervenção;
- b. Os mobiliários que serão incorporados nos ambientes (novos e antigos), por não fazerem parte do tombamento;
- c. Os revestimentos adesivados, visto paleta de cor acompanhar a cor da setorização do pavimento;
- d. Outros elementos obrigatórios para funcionalidade do prédio.

Fica como desejável ao projeto, mas não obrigatório visto ser elemento não tombado:

- a. A utilização de mobiliário que harmonize com a paleta de cores do pavimento.

b. Manutenção do piso original do pavimento T3

Justificativa: O piso do pavimento de granito T3 ainda se encontra em sua originalidade, e por meio de vistoria se observou ser possível sua manutenção, sem necessidade de cobertura. Sendo uma boa prática a manutenção de elementos originais, ainda mais quando não comprometem a funcionalidade do uso, passa a ser desnecessária sua cobertura por piso vinílico, mesmo compreendendo o conforto térmico e acústico trazido pelo seu uso.

Portanto, deverá ser adequado:

- a. Manutenção do piso original do pavimento T3, sendo indicada a realização de sua manutenção.

c. Retirada das plantas artificiais nos elementos das paredes

Justificativa: O projeto propõe a aplicação de elementos na parede da escadaria que criam uma verdadeira exposição permanente nesta área do prédio, trazendo inclusive informações sobre o projeto Centro Cívico do Rino Levi, algo de extremo valor quando pensamos que a preservação da memória não se dá somente por elementos preservados, mas por outras iniciativas que promovam a educação e esclarecimentos do valor histórico para os cidadãos. A utilização de plantas artificiais nesta exposição seria de puro cunho estético, e se trata de elemento que não está alinhado com o projeto original, portanto desnecessário no projeto de reabilitação.

Portanto, deverá ser adequado:

- a. Retirada das plantas artificiais das paredes e divisórias.

d. Clara identificação do piso tátil, para atendimento à ABNT NBR 9050/2020

Justificativa: O projeto não apresenta o desenho do piso tátil para adequação à NBR 9050/2020, o que é elemento fundamental para uma obra de reabilitação conforme proposto.

Portanto, deverá ser adequado:

- a. Possuir o desenho do piso tátil e demais elementos da NBR 9050/2020.

e. Funcionalidade do painel metálico losangular

Justificativa: O revestimento proposto para o hall de elevadores por meio de painel metálico losangular tem o objetivo de, estando lado a lado com os elementos originais, distinguir do material original, atualmente já agredido e degradado sem condições de recuperação, mascarando seus defeitos mas mantendo sua exposição. Contudo, por ser um projeto de reabilitação em que a funcionalidade dos materiais é primordial na análise, as instalações deste revestimento devem

permitir fácil remoção das placas para garantir a limpeza das paredes, especialmente do revestimento original, o que não está claro no projeto.

Portanto, deverá ser adequado:

- a. Comprovação da funcionalidade dos painéis quanto à limpeza dos elementos originais.

f. Adesivo de segurança dos vidros do pavimento T3

Justificativa: Solicitante indicou que iria retirar a proposta apresentada.

Portanto, deverá ser adequado:

- b. Formalizar a retirada da adesivação.

São estas as considerações desta relatoria.

Atenciosamente;

Fernando Santos Soares da Cunha
Membro COMDEPHAAPASA